



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Órgão responsável: Tesoureira Chefe

1. OBJETO

É objeto deste termo de referência a contratação de empresa para prestação de fornecimento de recarga e aquisição de toner e troca de cilindro e magnético, para atender as demandas da Câmara.

O presente termo de referência tem como base legal a Lei Federal 14.133/2021, especificamente seu artigo Nº 75, INCISO II. O procedimento observado obedece ao disposto no artigo 72, incisos I a VIII, bem como a Portaria nº 10 de 29 de março de 2023. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 10, de 29 de março de 2023 e os serviços são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Nas palavras do ilustre professor Ronny Charles:

“Quando a lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor forma de contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve eficaz ao atendimento do interesse público naquela hipótese específica.”

No presente caso, a dispensa de licitação torna-se mais viável ao procedimento licitatório, porém deve ser pormenorizada em um procedimento formal, não sendo afastado nenhuma das premissas básicas de um procedimento licitatório, como a busca pelo melhor atendimento à finalidade pública e respeito a princípios basilares como a impessoalidade, moralidade, publicidade dentre outros. A contratação, via dispensa de licitação, em razão do montante total e da apresentação da proposta mais vantajosa, dentro dos valores usuais, torna-se menos custosa economicamente e pragmaticamente do que à realização do processo licitatório, além de tornar mais célere e eficiente a contratação, que visa à consecução do interesse público.

Por se tratar de uma prestação de um serviço de baixa complexidade/rotineiro/repetido, no qual existe a possibilidade de aferição dos padrões de desempenho e qualidade pretendidos mediante as informações contidas neste termo de referência, **entendemos pela desnecessidade do estudo técnico preliminar e análise de riscos.**

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA

Justifica-se pela necessidade desta contratação por parte da Câmara Municipal de Água Fria para garantir a continuidade das atividades administrativas e de serviços ao público. A alocação deste serviço por parte de uma empresa especializada no assunto permite maior eficiência e a garantia de que os equipamentos estarão sempre operando de forma otimizada e evita que pessoa sem o conhecimento técnico adequado operem os equipamentos. Além disso, evita custos elevados com aquisição de insumos de forma independente e assegura um gerenciamento adequado de recursos, aumentando a produtividade e a economia de tempo e recursos financeiros.

3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Documento **dispensado** conforme art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021. A referida Lei estabelece a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP nas contratações de serviços e/ou produtos, mas assenta que este pode ser dispensado com base em parecer técnico do órgão demandante, desde que justificadas as razões técnicas. No caso que se apresenta neste termo de referência, foi dispensada a instrução a elaboração dos estudos técnicos preliminares em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e da forma de fornecimento apresentada,

4. ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Os serviços serão prestados conforme as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD	TOTAL
1	RECARGA DE TONER BROTHER DCP-L2540DW	UN	25	R\$ 1.058,33
2	RECARGA DE TONER HP LASERJET P1102W	UN	15	R\$ 546,83
3	TROCA DE CILINDRO BROTHER L2540.	UN	10	R\$ 314,33
4	TROCA DE CILINDRO TONER 85A.	UN	10	R\$ 163,33
5	TROCA DE MAGNETICO 85a	UN	10	R\$ 136,66
6	COMPRA DE TONER BROTHER DCP-L2540DW	CX	10	R\$ 718,33
7	COMPRA DE TONER HP LASERJET P1102W	CX	7	R\$ 464,33
TOTAL				R\$ 3.402,17

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.402,14** (três mil quatrocentos e dois reais e quatorze centavos).

Para definição do quantitativo, foram analisados os históricos das prestações de serviços anteriores deste órgão e cotação de preços de empresas do ramo.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA

4. DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO, BEM COMO FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização do contrato resultante será exercida por um representante da Gestão, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência ao contratante.

Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações.

O relatório de entrega dos itens será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa que possa fornecer as recargas necessárias aos trabalhos da Câmara Municipal de Água Fria. Tal fornecimento se dará de acordo com a demanda do órgão e nos interesses destes, com vistas a suprir as necessidades urgentes e programadas dos diversos setores. Importante destacar que o fornecimento nesses moldes contribuirá para a economicidade dos recursos do ente, ao passo em que será feito nas estritas solicitações.

6. DA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Informamos abaixo a dotação e as fichas com os saldos que serão usados na contratação. A informação foi devidamente atestada pelo setor de contabilidade, conforme em anexo do Termo de Referência.

Órgão/Unidade: 1100 Câmara Municipal

Atividades: 2.001

Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00

Fonte de Recursos: 1500

7. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ocorrer a prorrogação de vigência do contrato, caso cumpra os requisitos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

A vigência dos contratos regidos por esta lei deverá observar no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade dos créditos orçamentários, bem como, a previsão do plano Plurianual quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, desde que atendido o disposto no art. 105, ou desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar do ano corrente. A Administração Pública poderá celebrar contratos de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de fornecimentos contínuos, desde que observados o definido no art. 106 da Lei 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

Sendo assim, os documentos exigidos serão:

- **Habilitação jurídica:**

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- h) Cópia autenticada de documento de identificação RG e CPF dos sócios e do seu administrador.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- **Qualificação Técnica:**

a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente contratação;

a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64 da Lei 14.133/21.

- **Documentações complementares**

a) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

c) Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

d) Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR:

A seleção do prestador deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste termo de referência. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço global.

10. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada pelo servidor Reinaldo de Jesus dos Anjos, designado através da Portaria nº 007/2025, designado pela Administração Legislativa, através de Portaria, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

O gestor do contrato, será a servidora Maisa Almeida Santos, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

Rua Adilson dos Reis Figueiredo, s/n, Centro, CEP. 48.170-000

camaramunicipalaguafria.2023@outlook.com

C.G.C.:40.639.643/0001-02



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA

- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida contratação, se dará:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da Lei 14.133/21. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- garantir o fornecimento contínuo de toners, cilindros e peças de reposição, assegurando a qualidade e a compatibilidade com os equipamentos da Câmara Municipal;
- fornecer assessoria contínua e orientação técnica à Câmara Municipal;
- realizar a manutenção preventiva dos equipamentos, realizando trocas de cilindros e magnéticos conforme necessidade, garantindo o bom funcionamento das impressoras;
- realizar a entrega pontual dos toners e materiais, com prazos previamente estabelecidos, para evitar interrupções no serviço da Câmara Municipal;
- atender imediatamente a Câmara Municipal em caso de falhas ou problemas técnicos, disponibilizando suporte para reparos e substituições necessárias em até 24 horas.;
- fornecer treinamento contínuo para os funcionários da Câmara Municipal, visando otimizar o uso dos equipamentos e prolongar a vida útil dos mesmos;
- dirimir quaisquer dúvidas e ajustar a prestação do serviço sempre que necessário e requerido pelo órgão;
- utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá e/ou outro documento equivalente;

Rua Adilson dos Reis Figueiredo, s/n, Centro, CEP. 48.170-000

camaramunicipalaguafria.2023@outlook.com

C.G.C.:40.639.643/0001-02



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA

- responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, comprovando mensalmente o recolhimento das Contribuições Sociais e Previdenciárias (INSS e FGTS) dos empregados designados para a prestação dos serviços, bem como, entregar quadrimestralmente o extrato de FGTS de cada empregado que prestou serviços, sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, inclusive da folha de pagamento, ser retido o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas até o cumprimento desta obrigação.
- instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- relatar à Câmara toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;

Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

As características indicadas na proposta vinculam a referida contratação.

Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da Câmara Municipal de Água Fria.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA

- Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Câmara Municipal de Água Fria reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021.

Fica eleito o foro da Comarca de Irará-Bahia como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Água Fria – BA, em 30 de janeiro de 2025.

Maisa Almeida Santos
Tesoureira Geral